COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 25$00 | ANO VI | Nº 56 SETEMBRO 1990

Timor-Leste nas Nações Unidas

Com uma aprofundada abordagem na Comissão de Descolonização e a aprovação, por uma clara maioria, de uma Resolução na Sub-Comissão de Luta Contra a Discriminação e a Protecção das Minorias, a questão de Timor-Leste voltou a ocupar, por breves momentos, a atenção daqueles órgãos das Nações Unidas.

NOVA IORQUE: "A NATUREZA OPRESSIVA DO COLONIALISMO INDONÉSIO JÁ NÃO PODE SER ESCONDIDA"

Teve lugar em Nova Iorque, no passado dia 9 de Agosto, a sessão da Comissão de Descolonização da ONU sobre Timor-Leste.

Para além dos representantes de Portugal e da Indonésia, intervieram na sessão o embaixador de Cabo Verde junto das Nações Unidas - em nome dos Cinco - e vinte e dois peticionários, entre os quais os representantes da Fretilin e da UDT, parlamentares de Portugal, Japão, Austrália e Canadá, activistas de organizações de defesa dos direitos humanos e da causa da libertação dos povos vindos dos quatro cantos do mundo, e um exilado indonésio refugiado na Holanda.

As intervenções procuraram evidenciar as práticas do colonialismo indonésio em Timor-Leste, desde a violação dos mais elementares direitos humanos - prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos, ausência de liberdade de expressão e de associação, violação de correspondência, escutas telefónicas, ... - até à apropriação das terras dos camponeses pela tropa de ocupação, tendo um dos peticionários, que tinha estado em Timor três semanas antes, estabelecido um paralelo entre o colonialismo indonésio naquele território e o da África do Sul na Namíbia: ambos apregoavam estar a "desenvolver" e a "civilizar" povos "primitivos".

Muitas intervenções abordaram a resistência da população à colonização, particularmente o papel desempenhado pela juventude, que decididamente saiu à rua, e pelo clero timorense, apelando os peticionários à realização de um referendum patrocinado e fiscalizado pela ONU e à participação dos representantes do povo timorense nas conversações que estão a decorrer entre Portugal e a Indonésia, patrocinadas pelo Secretário-Geral.

O PAPEL DAS POTÊNCIAS OCIDENTAIS

Foi igualmente estabelecido um paralelo entre a invasão do Kuwait pelo Iraque e a de Timor-Leste pela Indonésio e a respectiva reacção internacional a estes dois crimes: as potências ocidentais, as mesmas que condenam e procuram fazer recuar o regime expansionista iraquiano, continuam a financiar e a armar o regime expansionista indonésio.

Bill Ripley, da organização de solidariedade canadiana **East Timor Alert Network**, citou o caso do seu país que tem investido biliões de dólares na Indonésia e contribuído anualmente com muitas dezenas de milhões em «ajuda ao desenvolvimento». "**Em Fevereiro passado** - disse - **o governo canadiano anunciou a venda de 100 motores Pratt & Whitney os quais se destinam aos helicópteros militares Bell 412 montados na Indonésia. Outros negociantes de armamento canadianos fornecem à Indonésia equipamento de segurança, munições, veículos militares, equipamento de radar e de rádio, sistemas de navegação para helicópteros e aviões. Longe de restringir as autorizações aos negociantes de armas, o MNE Canadiano foi ao ponto de organizar uma feira de armamento em Jacarta em 1984, a qual expôs os produtos de 10 fabricantes canadianos de material de guerra**".

AS NOVAS E AS VELHAS TÉCNICAS REPRESSIVAS

"**Nos últimos dois anos** - disse o representante da **Amnistia Internacional - a AI detectou o aparecimento de um sistema de detenção por curtos períodos de tempo, acompanhada de maus tratos e torturas, de alegados oponentes políticos à dominação indonésia em Timor-Leste**". Segundo a Amnistia, este sistema "**apresenta todos os sinais de uma estratégia sistemática para silenciar os reais ou os supostos opositores políticos ao Governo e para obter informações através da coerção e da intimidação**".

Ainda de acordo com a AI, esta organização tinha "**provas que contradizem frontalmente a asserção do Governo indonésio e das autoridades militares de que não tinham prendido manifestantes durante o último ano. (...). Pelo menos 20 pessoas, e possivelmente muitas mais, foram dadas como assassinadas pelas forças de segurança indonésias em 1989 e princípios de 1990 em execuções aparentemente extrajudiciais. Muitas das vítimas são camponeses vivendo em áreas suspeitas de actividade rebelde e em alguns casos foram torturados ou maltratados antes de serem mortos**".

NESTE NÚMERO:

- **Timor-Leste nas Nações Unidas**
- **Os bons ofícios do Sr. Ahmed**
- **Conselho da Europa**

A GUERRA ESCONDIDA

Por sua vez **Hasjrui Junaid**, um exilado indonésio refugiado na Holanda, intervindo em nome do **Indonesian Committee**, do **East Timor Working Group** e do **Movimento X-Y**, afirmou que a invasão de Timor-Leste pelo seu país era um negro capítulo na história da Indonésia e que era seu dever falar contra a política do seu governo e denunciar o acto de agressão perpretado pelo exército indonésio.

O balanço de um ano e meio de «abertura» do território não era muito favorável às autoridades de Jacarta. Segundo Junaid, mais visitantes foram autorizados a entrar mas a maioria dos relatos revelam sempre a mesma história: medo generalizado entre a população de Timor-Leste. A juventude timorense soube, porém, tirar partido desta «abertura» para mostrar o seu desejo de liberdade, como foi o caso aquando da visita do Papa e do embaixador dos EUA. **"A abertura de Timor-Leste ao exterior tem sido uma arma de dois gumes. Enquanto os diplomatas indonésios a saudam no estrangeiro, os funcionários da segurança, da polícia e do exército têm alertado contra as suas graves consequências para o domínio indonésio"**. A batalha para ganhar os corações e os cérebros da juventude timorense tinha sido perdida.

Para H. Junaid, o povo indonésio havia sido, durante anos, enganado pelo seu próprio Governo. A guerra em Timor-Leste tinha sido escondida do povo que só ocasionalmente ouvia falar de baixas entre os soldados e da feroz resistência dos timorenses. Gradualmente, porém, tinha havido uma mudança. Havia mais informação disponível e o movimento democrático estava a dedicar uma atenção crescente à questão de Timor-Leste. Pela primeira vez, o problema tinha-se tornado um tema de discussão entre os activistas do movimento estudantil indonésio.

OS CAMINHOS PARA UMA SOLUÇÃO

Mais de um peticionário abordou as vias para se encontrar uma solução negociado para o conflito, que respeite as aspirações dos timorenses e o consignado no direito internacional.

Ray Funk, um deputado canadiano membro do **Canadian Parliamentarians for East Timor**, esboçou na sua intervenção um programa mínimo de acção para a retirada das forças indonésias de Timor-Leste a que se seguiria um referendum aberto, livre, no qual a população timorense decidisse do seu destino: garantia de acesso total, absoluto e incondicional a organismos oficiais e ONG's pretendendo realizar avaliações independentes da presença indonésia em Timor-Leste; conversações, patrocinadas pelas Nações Unidas, entre Portugal, a Indonésia e representantes do povo timorense, visando o estabelecimento de mecanismos através dos quais os timorenses pudessem exprimir livremente os seus desejos; supervisão pelas Nações Unidas do processo de decisão, de modo a assegurar que este seria livre, aberto e não sujeito a intimidações externas.

Por sua vez **José Luís Guterres**, em nome da **Fretilin**, afirmou a disponibilidade desta organização para negociar com a Indonésia, sem quaisquer pré-condições, e para participar em qualquer referendum ou eleições supervisionadas pela ONU.

COLONIALISMO: "EXTIRPAR DEFINITIVAMENTE ESSE CANCRO DA HISTÓRIA MODERNA"

Luís Paulo, em nome da **Comissão para os Direitos do Povo Maubere** e na linha das anteriores intervenções da CDPM neste órgão das Nações Unidas, abordou vários aspectos da presença colonial indonésia em Timor-Leste.

"A situação de dominação indonésia verifica-se em praticamente todos os domínios da vida económica de Timor-Leste. As mais lucrativas actividades locais (como o café) encontram-se controladas por um número restrito de empresas, normalmente ligadas a interesses militares. O comércio externo está também praticamente monopolizado e os dinheiros investidos no território (parte deles canalizados directamente de ajudas e doações externas) acabam por beneficiar um número muito reduzido de burocratas corruptos ligados a empresas de construção civil e obras públicas. Mesmo as pequenas empresas (como o comércio e os restaurantes) encontram-se praticamente todas nas mãos de indonésios (...). São conhecidas as queixas dos timorenses (incluindo o próprio «gobernur») quanto à discriminação no preenchimento de cargos públicos em favor de indonésios (normalmente javanêses) mesmo que com menores qualificações. (...).

"Como é normal nos casos de colonialismo, a exploração económica vem acompanhada de repressão política. (...).

"Quando a oposição à política colonial levada a cabo pela Indonésia no território assume maior envergadura que os simples protestos desarmados, como é o caso da luta de guerrilhas que as Falintil conduzem nas montanhas e vilas de Timor-Leste, (...), o ocupante não hesita em recorrer aos expedientes clássicos utilizados então pelas potências coloniais: miscigenação, assimilação cultural, guerra psico-social, aldeias estratégicas de repovoamento, timorização da guerra, ... Tudo já velho, tudo já conhecido ... (...).

"É dever moral e histórico desta Comissão escutar, apoiar e encorajar os povos que ainda hoje (...) sofrem de uma situação injusta de dominação cruel por outro Estado. Que a inspiração dos lutadores que com êxito foram passando p[illegible] este órgão ao longo das últimas décadas nos possa ajudar a extirpar definitivamente esse cancro da História moderna, ainda bem vivo em Timor-Leste, o colonialismo.".

PORTUGAL: OS FACTORES DE COMPROMETIMENTO DA VISITA

O Dr. Rui Quartin-Santos, em nome do Estado português, aproveitou a oportunidade para denunciar as continuadas violações dos direitos humanos levadas a cabo pelas autoridades de Jacarta em Timor-Leste e as suas potenciais consequências no diálogo Portugal-Indonésia relativo à deslocação de uma delegação parlamentar portuguesa.

"Informações chegadas recentemente, provenientes de várias fontes e quadrantes, indicam que, desde Março, foi alegadamente detectado um aumento considerável na actividade militar indonésia. Confrontos militares em diferentes locais do território têm sido ultimamente referidos. Isto é particularmente inquietante tendo em conta as conversações (...) que decorrem relativamente à prevista visita de uma delegação parlamentar portuguesa ao território. A confirmarem-se tais informações, elas não deixarão de ter um efeito muito nocivo sobre os fins atribuídos à visita e poderão, eventualmente, comprometer a sua realização.

"Tudo isto reforça a nossa convicção de que o regresso à normalidade no território e o respeito pelos mais elementares direitos humanos depende do estabelecimento da paz. E a paz não é possível sem um acordo que tenha em devida conta os direitos e aspirações do povo timorense.".

Quartin-Santos fez também referência ao acordo provisório celebrado entre a Indonésia e a Austrália para a exploração do petróleo do Mar de Timor: **"A minha delegação reafirma a posição de Portugal sobre aquele acordo, que constitui uma séria e manifesta infracção à lei internacional (...) e dos direitos do povo de Timor-Leste, especialmente a sua permanente soberania sobre os seus recursos naturais, e reafirma que se reserva o direito de recorrer a todos os meios legais que lhe pareçam apropriados para defender os legítimos direitos dos timorenses."**.

GENEBRA: PARTICIPAÇÃO DOS TIMORENSES FOI DECISIVA PARA O RESULTADO ALCANÇADO

Durante o mês de Agosto decorreu em Genebra mais uma sessão da Sub-Comissão Contra a Discriminação e a Protecção

das Minorias, na qual foi mais uma vez abordada a questão de Timor-Leste.

Este ano a comunidade timorense na diáspora fez-se representar por uma forte delegação constituída por oito elementos, dos quais quatro idos da Austrália - entre eles José Ramos-Horta - e quatro idos de Portugal, chefiados por José Luís Guterres da Fretilin e Vicente Guterres da UDT.

Para o bom resultado obtido - 14 votos a favor da Resolução, 9 contra e 1 abstenção - foi, sem dúvida, decisiva a presença desta numerosa delegação e do seu trabalho nos bastidores junto dos peritos que integram este órgão das Nações Unidas, devendo este resultado constituir um incentivo para a participação nas futuras sessões, quer desta Sub-Comissão quer da Comissão dos Direitos Humanos. Recorde-se que nos anos anteriores, esta tarefa tinha recaído sobre a Solidariedade Internacional apoiada por um refugiado timorense recém-chegado a Portugal.

Nos debates que antecederam a votação, destacaram-se os peritos norte-americano, o juiz Treat, que elogiou o governo indonésio pelos incríveis benefícios que tinha levado à população de Timor-Leste, e argelino, sra. Ksentini, que defendeu perante os seus colegas do Sul os direitos do Povo Maubere.

Na Resolução, a Sub-Comissão:

"**(...) 1. Felicita-se encorajando-o do exercício, pelo Secretário Geral, dos seus bons ofícios de acordo com a Resolução 37/30 da AG de 23 de Novembro de 1982, com vista à procura de um acordo permitindo assegurar o pleno respeito dos direitos do homem em Timor-Leste;**

"**2. Pede às autoridades indonésios que facilitem o acesso ao território por parte de organizações internacionais humanitárias e de desenvolvimento;**

"**3. Apela a todas as partes envolvidas para que façam prova de moderação e para que cooperem plenamente num espírito de diálogo e de negociação com o Secretário Geral no exercício dos seus bons ofícios com vista a atingir um acordo durável do conflito;**

"**4. Recomenda à Comissão** [dos Direitos Humanos] **que examine, na sua quadragésima sétima sessão, a situação relativa aos direitos do homem e às liberdades fundamentais em Timor-Leste e, com este fim, pede ao secretariado que transmita à Comissão todas as informações fiáveis que tenha recebido.**".

Embora o conteúdo desta Resolução seja mais recuado que a do ano passado, ainda assim oferece possibilidades de, através de uma acção concertada entre a diplomacia portuguesa e a comunidade timorense na diáspora, se obter uma vitória na próxima sessão da CDH, em Fevereiro do próximo ano, apesar de se contar com um elemento novo de peso: a Indonésia fará parte, pela primeira vez, deste órgão das Nações Unidas. □

Os bons ofícios do Sr. Ahmed

As declarações do Sub-Secretário Geral das Nações Unidas, Rafeeudin Ahmed, sobre a visita dos parlamentares portugueses a Timor-Leste e comparando este território a Macau, foram consideradas, no mínimo, pouco adequadas. Mas pode acontecer que ele só tenha dito o que pensava ser um dado adquirido pelas partes em "diálogo".

Má fé ou ingenuidade ?

«A MISSÃO CONDUZIRÁ À REMOÇÃO DA QUESTÃO DA AGENDA DA ONU»

Causou algum impacto nos meios políticos nacionais a divulgação pelo jornal **Público** de 4 de Setembro do conteúdo do memorandum relativo ao encontro entre o Sub-Secretário Geral da ONU, Rafeeudin Ahmed, e a deputada japonesa Yasuko Takemura, ocorrido em Nova Iorque em 8 de Agosto, na véspera da sessão da Comissão de Descolonização das Nações Unidas dedicada ao exame da questão de Timor-Leste.

R. Ahmed, de nacionalidade paquistanesa, é o adjunto de Perez de Cuellar responsável pela zona do sudoeste asiático e tem estado encarregue da condução do dossier Timor-Leste, tendo acompanhado de muito perto todo o processo negocial Portugal/Indonésia, nomeadamente as discussões relativas à possível deslocação duma delegação parlamentar portuguesa ao território. As suas afirmações, se bem que emitidas em particular e apenas reproduzidas «à posteriori» pela secretária da deputada Takemura, deverão, na nossa opinião, ser consideradas como representando o pensamento oficial da ONU face à questão e responsabilizadoras de quem as proferiu.

De acordo com o documento citado - ao qual a CDPM teve acesso em primeira mão - o Sr. Ahmed afirmou «**esperar que o assunto fosse resolvido pela realização da missão dos parlamentares portugueses**», tendo-o feito «**num tom optimista**».

Confrontado com o teor dum artigo do **Jakarta Post** de 26 de Julho em que é dito que a carta de Cuellar para Suharto - carta então entregue pelo próprio Ahmed, que para o efeito teve um encontro com o presidente indonésio - aponta para a resolução da questão

(incluindo a sua remoção da agenda da A.G.) após a visita dos portugueses, Ahmed declarou «**tratar-se duma interpretação estritamente indonésia, mas que poderia ser considerada correcta na perspectiva de que se a missão ocorresse, isso conduziria à solução da questão e consequentemente à sua remoção da ONU**».

No decurso do encontro com a Sra. Takemura, o Sub-Secretário Geral entregou-se a uma pormenorizada teorização sobre o que considera serem «**as actuais tendências**» na ONU relativamente à autodeterminação de territórios coloniais. Ao contrário de África, na Ásia a tendência seria para a unificação das ex-colónias e citou os casos de Hong-Kong e Macau, sendo o mesmo válido - na sua opinião - para a Indonésia. Um episódio curioso relatado no memorando é a existência dum mapa-mundo a toda a largura da parede do gabinete de Ahmed, onde não consta Timor-Leste de forma distinta da Indonésia.

COMPROMISSOS IMPLÍCITOS ?

A gravidade destas declarações foram salientadas pela CDPM em audiência que decorreu no MNE e em dossiers enviados à Assembleia da República (Presidente, Comissão Eventual e Grupos Parlamentares) e à Presidência da República. Nele destacámos a atitude claramente enviesada e objectivamente pró-indonésia do representante da ONU, pouco própria do estatuto de quem assumiu e do órgão que representa. Merecedora da apreciação negativa da CDPM foi a posição do Governo ao não criticar ou não se demarcar, antes minimizar, as afirmações do Sr. Ahmed.

Parece com efeito crível, face aos dados disponíveis, pensar que as afirmações de R. Ahmed (pelo menos no que diz respeito aos objectivos da missão parlamentar) correspondem ao actual «estado da arte» e traduzem a percepção (implicitamente aceite por Portugal?) do Sub-Secretário Geral face ao tema. Desse ponto de vista, não seriam uma «gafe» política de Ahmed, antes traduziriam o desajuste entre o que se tem passado e acordado - pelo menos implicitamente - em Nova Iorque e aquilo que a opinião pública por-

tuguesa em geral e os deputados em particular conhecem desses compromissos. É portanto perfeitamente justificável o alerta que fizemos ao Parlamento e as **«sérias reservas»** que exprimimos relativamente **«às funções que parecem estar atribuídas aos parlamentares portugueses no âmbito da citada visita»**.

Nesse sentido deverá ser entendida a posição de R. Ahmed e do Sub-Comité da ONU para os Assuntos Asiáticos que, solicitados pela imprensa a produzirem um comentário sobre a notícia, declinaram qualquer desmentido, antes se afirmaram **«não autorizados a prestar declarações»**. Na mesma linha de raciocínio o facto de ser do conhecimento prévio do Governo português o teor da carta de Cuellar a Suharto (a qual esteve na base das especulações do **Jakarta Post**), de conteúdo «muito semelhante» a idêntica missiva enviada por Cuellar a Mário Soares.

Entretanto, os principais visados (os parlamentares) em reunião de conferência de líderes com o MNE, a 5 de Setembro, solicitavam a Deus Pinheiro esclarecimentos sobre o assunto. Segundo o **Diário de Notícias** informava no dia seguinte, os deputados pediam o **"endurecimento da posição portuguesa face à Indonésia"** (Carlos Brito) e consideravam que a visita **"nunca poderá contribuir para que o problema timorense deixe de figurar na agenda da ONU"** (António Guterres). □

CONSELHO DA EUROPA

Dirigida à redacção de Informação Timor-Leste **recebemos uma simpática carta do deputado Carlos Candal, que transcrevemos na íntegra. Nela são corrigidas várias imprecisões constantes duma notícia publicada no penúltimo número deste boletim. A proposta de resolução referida nessa carta foi entretanto sujeita à apreciação da Comissão de Questões Políticas do CE na sua reunião de Varsóvia de 12 de Setembro, tendo sido considerada** «pertinente» **e** «com actualidade» **e portanto adoptada por consenso. Será agora remetida ao Bureau, o qual deverá nomear um relator encarregue de preparar o relatório, a submeter posteriormente ao plenário (Assembleia Parlamentar) - e eventualmente à Comissão Jurídica - provavelmente no primeiro trimestre de 1991.**

«Prezados Senhores,

1.- No nº 54 (Julho/90) da vossa prestimosa «Informação», publicaram V. Ex.as um comentário/notícia assaz cáustico acerca das vicissitudes da proposta de resolução sobre Timor-Leste por mim promovida na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

2.- Aquele texto é manifestamente inadequado à verdade dos factos, sendo apenas desculpável porque se alicerçou num «despacho» erróneo vindo a lume no «Diário de Notícias» de 4/7/1990.

3.- Felizmente, as ocorrências e a situação são diferentes do que foi divulgado e peço a pertinente correcção.

4.- Na realidade, a proposta em referência foi sujeita - em 2 de Julho - à normal apreciação liminar do Bureau, órgão de cúpula da A. Parlamentar.

5.- Nem o Prof. Doutor Soares Costa (Presidente da Delegação Portuguesa) nem eu próprio fazemos parte desse Bureau. Aliás, dado o atinente sistema de rotação vigente na representação dos chamados «pequenos países», nenhum português actualmente o integra (até Maio p.p., estivemos aí representados pelo deputado Dr. Fernando Amaral).

6.- Na circunstância, não houve pois «falta de empenhamento» de qualquer deputado português - muito menos de mim próprio, que nunca tirei «férias antecipadas» na dramática questão de Timor.

7.- Certo é que, na mencionada reunião do Bureau, a proposta em causa foi vivamente atacada pelo holandês Pieter Stoffelen (e defendida pelo francês Robert Pontillon ...). «Porém, contra o que foi noticiado, a moção veio a ser remetida à comissão das Questões Políticas - para informação - e encontra-se agendada para a próxima reunião de tal Comissão, em Varsóvia, em 10 de Setembro.

8.- Porque desta comissão faço parte (como o Prof. Doutor Soares Costa), aí estarei para defender firmemente o texto que subscrevi. Entretanto, vou fazer chegar às mãos dos demais membros da mesma Comissão um pertinente memorando, que elaborei sobre o tema.

9.- Pedindo que, com a urgência possível, seja escrito na vossa «Informação» quanto entendam adequado à reposição da verdade dos factos (e, já agora, à minha justa «reabilitação»), subscrevo-me, com consideração,

Carlos Candal.

P.S.- Aproveito para uma outra correcção: nunca a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou qualquer texto sobre Timor-Leste (muito menos condenando a Indonésia ...) - que nunca lhe foi presente, designadamente por iniciativa dos anteriores deputados/delegados portugueses.

Apenas o Comité de Ministros do mesmo CE fez uma tímida alusão ao problema no comunicado final da sua 83ª sessão, em 16/11/1988.

Foi agora a 1ª vez que - por minha iniciativa - o tema foi proposto a tal Assembleia! (Quem se tem pronunciado sobre a questão, com alguma firmeza e em várias ocasiões, tem sido o Parlamento Europeu, que é consabidamente uma instituição bem diferente (...). Mais uma razão para lamentar a dupla (ou tripla?) injustiça de que fui vítima no vosso boletim mensal!

A verdade é que sempre fiz «alguma coisa por Timor» (para usar a maneira de dizer de Ana Margarida Sales Luís, por vós citada).» □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 400$00 **Registo** DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317